



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE CHAPECÓ
CURSO DE PEDAGOGIA**

REGIANE APARECIDA LAGO

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO
REGULAR**

CHAPECÓ
2016
REGIANE APARECIDA LAGO

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO
REGULAR**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de grau de
Licenciado em Pedagogia da Universidade Federal da
Fronteira Sul.

Orientadora: Prof.^a Me. Mara Cristina Fortuna da Silva

CHAPECÓ

2016

REGIANE APARECIDA LAGO

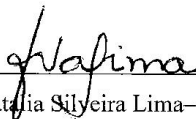
**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO
REGULAR**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Prof.^a Ms. Mara Cristina Fortuna da Silva

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 20/06/2016

BANCA EXAMINADORA



Natália Silveira Lima – Mestranda UFFS



Prof.^a Me. Lucélia Peron – UFFS



Prof.^a Ms. Mara Cristina Fortuna da Silva –
Orientadora – UFFS

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO REGULAR

Regiane A. Lago*

Mara Cristina F. da Silva**

Resumo

O presente artigo traz discussões sobre a inclusão de crianças com síndrome de Down em escolas de ensino regular. Apresenta breve análise sobre as legislações nacionais inclusivas no Brasil, principalmente a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEE-EI, de 2008. Devido à complexidade do tema abordado e pelo fato de gerar algumas polêmicas no sistema educacional brasileiro, buscou-se compreender um pouco desta realidade por meio de estudos realizados no Banco de Teses e Dissertações da Capes, possibilitando, assim, um conhecimento teórico que serviu de alicerce para melhor fundamentação sobre esta temática. A metodologia usada para a coleta de dados se deu através de análise documental e pesquisas no Banco de Teses e Dissertações da Capes. A partir dos resultados obtidos constatou-se que mesmo com grandes avanços na inclusão do aluno com deficiência nas escolas regulares, há uma necessidade de maiores esclarecimentos para os professores, necessitando, assim, maior difusão de práticas pedagógicas voltadas ao educando com Síndrome de Down, bem como, maior preocupação de, por meio das políticas públicas, proporcionar capacitações aos professores para que possam contribuir com o processo de escolarização desses alunos nas escolas de ensino regular.

Palavras-chave: Inclusão. Síndrome de Down. Políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como tema “A inclusão de crianças com Síndrome de Down nas escolas de ensino regular”, tendo como ponto de partida o conhecimento da legislação que norteia a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008), a qual se refere à inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares. Esta Política prevê que as crianças e adolescentes em idade escolar tenham garantido seu direito de acesso à educação formal, e, além disso, devem receber atendimento complementar especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

*Acadêmica da 10ª fase do Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, *Campus* de Chapecó/SC. regi-paulo@hotmail.com.

**Mestre em Educação. Docente do Curso de Pedagogia na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, *Campus* de Chapecó/SC. maracris193@yahoo.com.br.

Diante deste contexto, procurou-se aprofundar as pesquisas sobre como está ocorrendo o aprendizado das crianças com Síndrome de Down no contexto da inclusão e se realmente as escolas de ensino regular estão preparadas para receber essas crianças.

Este trabalho foi elaborado a partir de pesquisas bibliográficas e dados científicos, além de um rastreamento de pesquisas sobre o tema, realizado no Banco de Teses e Dissertações da Capes, entre os anos de 2010 a 2015, obtendo resultados parciais, devido ao fato de apresentar pesquisas somente a partir de 2012.

A busca resultou em 86 registros de publicações gerais, dentre estes, 11 na área da educação, sendo oito publicações referentes a dissertações de Mestrado e apenas três teses de Doutorado. Entretanto, somente cinco destes trabalhos abrangiam o referido assunto: O processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down nas escolas regulares, bem como, sua história, sua identidade e a legislação que a abrange.

Assim, esta pesquisa, de cunho documental, tem por objetivo compreender o processo de inclusão de alunos com síndrome de Down nas escolas de ensino regular. Para tanto, buscou-se uma leitura aprofundada para descobrir como está acontecendo esta inclusão. As pesquisas bibliográficas possibilitaram conhecimento teórico que serviu de alicerce para a fundamentação de conceitos que envolvem a educação especial inclusiva e o atendimento educacional especializado.

2 EDUCAÇÃO ESPECIAL E POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL

A necessidade de uma política de educação especial no Brasil foi se delineando a partir dos anos de 1970 quando as dificuldades na educação de crianças com deficiência passaram a ser discutidas, evidenciando a importância de uma educação inclusiva, fundamentada nos direitos humanos e baseada em uma ação política, cultural, social e pedagógica. Repensar a estrutura vigente e propor uma escola inclusiva, implicava em uma mudança estrutural e cultural para que todos possam ser atendidos de acordo as suas necessidades.

É notável que o Brasil passou a assumir uma nova postura frente à educação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE) a partir do momento em que participou da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, a qual ocorreu na cidade de *Jomtiem*, na Tailândia (1990).

O conteúdo da atual PNEE está fundamentado na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB n. 9.394/96, e no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990). A Educação Especial é considerada pela Constituição Federal

como parte da Educação Básica (MEC, 2001), sendo recente esta forma de ver e conceber a Educação Especial.

Pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), capítulo II, seção I, art. 205, “[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade [...]”. Ou seja, apenas este artigo já garantiria a inclusão dos sujeitos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) no ensino regular, haja vista que deixa claro que a educação é um direito de todos.

Também na Constituição Federal vale ressaltar o artigo 206, inciso I, que garante como princípio para o ensino a “[...] igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, e o artigo 208, inciso III, que reassegura o “[...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.” (BRASIL, 1988).

A LDB (1996), dispõe em seu artigo 58 de como se organizará a educação especial e determina a criação de serviços de apoio específico na rede regular de ensino. Apenas quando não for possível a integração do aluno com NEE na rede regular de ensino estabelece a instituição da educação especial.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069/90, em seu artigo 55, baseado nos parâmetros legais, reforça que “é obrigação dos pais ou responsáveis a matrícula de seus filhos na rede regular de ensino.” (BRASIL, 1990).

A Lei Federal n. 7853/89 (BRASIL, 1989), dispõe sobre o apoio as pessoas com deficiência e sua integração social, definindo o preconceito como crime. Neste sentido, nenhuma instituição de ensino pode recusar, sem uma boa argumentação, o acesso do estudante com deficiência à instituição, sendo que a pena a quem não cumprir a lei é de um a quatro anos de reclusão, além do pagamento de multa.

Recentemente, o MEC promulgou o Decreto n. 6.571, de 17 de setembro de 2008, o qual dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da LDB 9.394/96 e acrescenta dispositivo ao Decreto n. 6.253/07. Neste documento, o art. 1º diz que

“A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular”. (BRASIL, 2008).

Mas, por que explicitar todas estas leis e decretos? Para conhecer como está sendo pensada a educação inclusiva na atualidade, bem como refletir se efetivamente estas políticas

estão sendo colocadas em prática, mesmo que, infelizmente, ainda se tenha um longo percurso a percorrer para de fato se efetivar uma educação de qualidade para todos.

3 A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO REGULAR

Inclusão é a necessidade de entender e reconhecer o outro, e assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes. A educação inclusiva acolhe a todos, sem exceção. Inclusão é a interação com o outro. (CAVALCANTE, 2005). Na inclusão, todos participam da sociedade, cada qual com suas diferenças.

Neste sentido, por educação inclusiva se entende o processo de inclusão da pessoa com deficiência ou pessoas com distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino, em todos os seus graus; a educação inclusiva busca evitar a segregação e a discriminação, colocando o estudante com deficiência na escola regular e atendendo às suas exigências pessoais. Para tanto, a contribuição da educação inclusiva será a de proporcionar, por meio de transformações educacionais e sociais, a construção de um novo tipo de sociedade, capaz de rever conceitos preestabelecidos, desmistificando os existentes, e assim, trazendo conhecimento à sociedade atual para que as próximas gerações já tenham isso esclarecido.

Ao longo da história da educação no Brasil as crianças com alguma deficiência foram mantidas no anonimato. Viviam escondidas da sociedade, que se sentia incomodada com sua presença. Com isso, a própria escola se encarregava de selecionar os ditos "normais", usando como critérios os modelos de normalidade por ela criados, deixando de lado razões patológicas, genéticas e neurológicas, fundamentando-se somente no comportamento diferente dos "normais".

Com o passar do tempo, os próprios médicos que cuidavam das pessoas com deficiência perceberam a importância da pedagogia, à medida que criavam instituições escolares ligadas a hospitais psiquiátricos, percebendo-se, desse modo, a importância da educação, a qual tinha como desafio sistematizar conhecimentos que fizessem com que as crianças com deficiência mental participassem de alguma forma da vida no grupo social da época.

Até pouco tempo, a maioria dos educadores de crianças com síndrome de Down insistiam em buscar soluções para a educação de tais crianças em métodos tradicionais e ultrapassados. Entretanto, devido à preocupação dos educadores de Educação Especial, vêm surgindo metodologias modernas para atender a esta clientela, bem como a construção do conhecimento pelo próprio aluno.

Assim, para se falar de atendimento educacional especializado, é fundamental esclarecer dois termos muito usados nessa área: "necessidades especiais" e "deficiência". Deve-se entender que “necessidades especiais” não devem ser confundidas com “deficiências” (mentais, auditivas, visuais, físicas ou múltiplas). Alunos portadores de necessidades especiais são aqueles que requerem recursos pedagógicos e uma metodologia de educação específica às suas necessidades.

O que se pode afirmar, dessa forma, é que os alunos portadores de necessidades especiais são aqueles classificados, então, como sujeitos com condutas típicas e altas habilidades.

Nos dias atuais, os sujeitos com deficiência têm seus direitos protegidos por lei, a qual os coloca como igual aos demais, com o direito de estar e se relacionar, recebendo dentro de um estabelecimento de ensino sua formação educacional. Portanto, há de se pensar na estrutura escolar e na sua responsabilidade de interagir, inclusive, com a família desse aluno “especial” e dar conta dos conhecimentos necessários para lidar com ele.

Logo, o desafio da educação especial brasileira é a implantação de uma educação de qualidade, com a organização de escolas que atendam aos alunos sem nenhum tipo de discriminação e os reconheçam como fator de enriquecimento no processo educacional.

Neste sentido, o propósito deste trabalho é trazer à discussão um assunto que é de interesse de todos, já que uma parcela considerável da sociedade sofre com algum tipo de deficiência e ninguém está totalmente livre de passar por algum distúrbio de saúde.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988), garante o acesso ao Ensino Fundamental regular a todas as crianças e adolescentes, sem exceção, e, além disso, os que precisarem devem receber atendimento especializado complementar, de preferência dentro da escola. O atendimento educacional especializado, desse modo, deve ser visto apenas como um complemento da escolarização e não um substituto.

Com base nos pressupostos legais da Constituição Federal (BRASIL, 1988), o artigo 205 prevê o direito de todos à educação e o artigo 208 prevê o atendimento educacional especializado e a inclusão escolar, fundamentada na atenção à diversidade, exigindo mudanças estruturais nas escolas comuns especiais.

A educação especial, por sua vez, converte-se em uma modalidade transversal de educação escolar que permeia todos os níveis, etapas e modalidades de educação, por meio da realização do atendimento educacional especializado, definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais, orientando e colaborando com a mesma educação regular comum, em benefício de todos os alunos.

A expressão "atendimento educacional especializado", entendido de forma equivocada, como sinônimo de escolarização realizado pelas escolas com classes especiais, alimentou por longo período as práticas educacionais direcionadas a alunos com deficiência, bem como a formação de professores de educação especial. Tal erro, decorrente de um pensamento de que os alunos com deficiência não eram capazes de aprender, provocou a existência de um sistema paralelo, que impedia a inclusão escolar dos alunos nas escolas de rede regular de ensino.

Assim, de acordo com o documento Sala de Recursos Multifuncionais (MEC, 2006), o atendimento educacional especializado deve ser uma ação dos sistemas de ensino para acolher à diversidade ao longo do processo educativo. Constitui parte diversificada do currículo dos alunos com necessidades educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar os serviços educacionais comuns.

Por isso, buscou-se com este estudo, entender um pouco mais sobre a síndrome de Down, como ocorre o atendimento educacional especializado e se realmente as escolas de ensino regular estão preparadas para receber crianças com síndrome de Down.

4 APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN

A síndrome de Down é causada pela existência de 3 cromossomo 21 que se encontra em cada célula da pessoa (um a mais do que o normal). É uma das anormalidades cromossômica mais comum entre os recém-nascidos.

As crianças com síndrome de Down apresentam algumas limitações, são mais tardias e demoram mais tempo que as outras crianças para atingir a maturidade e desenvolver-se por completo, principalmente no que se refere ao aprendizado da linguagem. No entanto, não se pode afirmar que não aprendem, elas podem desenvolver inúmeras habilidades, considerando suas limitações.

Segundo Voivodic (2008, p. 46), “é necessário, porém, romper com determinismo genético e considerar que o desenvolvimento da pessoa com síndrome de Down resulta não só de fatores biológicos, mas também das importantes interações com o meio.”

Neste sentido, o atendimento feito à criança com síndrome de Down deve ser realizado de acordo com suas possibilidades. O meio em que vive se torna referência fundamental no seu desenvolvimento, ou seja, a sua inserção na educação infantil possibilitará a interação com o meio social, adquirindo experiências de convivência com os demais integrantes da escola e, por fim, desenvolvendo sua autonomia.

Para Gai e Naujorks (2006), Vygotsky trouxe contribuições da psicologia histórico-cultural para o (AEE). Preocupou-se em estudar a construção do sujeito a partir das experiências adquiridas por ele na interação com o ambiente cultural em que participa e na relação social com o outro. Contudo, faz-se necessário ressaltar que a criança com síndrome de Down necessita da união dos profissionais em educação, dos pais e da equipe multidisciplinar, para que juntos possam trabalhar em prol do seu desenvolvimento, tanto acadêmico como social.

Voivodic (2008, p. 57), diz que por mais que a escola e os profissionais se empenhem no sentido de promover o desenvolvimento da criança com síndrome de Down, seus esforços serão bastante limitados se não for considerada, tanto em sua filosofia educacional quanto em sua prática de ação, uma orientação aos pais.

Para que estas crianças possam desenvolver as suas habilidades, faz-se necessário que ao aplicar as atividades, estas estejam voltadas para o objetivo da aprendizagem, visto que, em se tratando da criança Down, não há método específico, mas é preciso uma intervenção específica, de acordo com as necessidades de cada uma delas.

Neste sentido, Vygotski (1997, apud SIERRA et al, 2011), na defesa do processo de escolarização de crianças com deficiência intelectual afirma que

Ainda que as crianças mentalmente atrasadas estudem mais prolongada mente, ainda que aprendam menos que as crianças normais e ainda que, por fim, se lhes ensine de outro modo, aplicando métodos e procedimentos especiais, adaptados às características específicas de seu estado, devem estudar o mesmo que as demais crianças receber a mesma preparação para a vida futura, para que depois participem nela em certa medida ao par com os demais. (VYGOSTSKI, 1997, apud SIERRA et al, 2011, p. 135).

A criança com síndrome de Down somente é vista por sua deficiência, até porque a deficiência mental está presente em todas elas, nunca num todo, como um ser completo, embora sua capacidade intelectual não esteja dentro da normalidade segundo os padrões da sociedade, mas se forem bem estimuladas e integradas poderão se desenvolver melhor.

De acordo com Voivodic (2008, p. 60), “o uso de rótulos e categorias enfatiza apenas as dificuldades e desvia a atenção de outros fatores que não são importantes e podem facilitar a aprendizagem”. A aprendizagem das crianças com síndrome de Down torna-se um processo complexo lento, pois demoram a adquirir e desenvolver a linguagem, sendo esta uma das características marcantes na criança com esta síndrome, necessitando assim, de uma estimulação específica.

Para Vygotski (1989, apud BOROWSKY, 2008, p. 60), “o desenvolvimento do pensamento é determinado pela linguagem, isto é, pelos instrumentos linguísticos e pela experiência sócio-cultural da criança”.

Contudo, “A educação especial deve ser subordinada à social, deve ser coordenada com o social, e mais ainda, deve estar fundida organicamente com o social e penetrar no social como parte integrante”. (VYGOTSKI, 1989, apud BOROWSKY, 2008, p. 600).

Assim, o processo do desenvolvimento cognitivo e da aprendizagem da criança com síndrome de Down se dará mais rápido quando a mesma for integrada às atividades cotidianas, concretas podendo, desse modo, desenvolver suas habilidades e potencialidades.

Há outras necessidades que também devem ser lembradas e superadas. Trata-se de estereotipar a criança com síndrome de Down, bem como a limitação das suas capacidades intelectuais, visto que grande parte da sociedade já condena a criança a um fracasso intelectual por ter uma deficiência.

Cada pessoa possui um limite, portanto, cada uma aprende de maneira diferente, e o mesmo acontece com as crianças com síndrome de Down; umas crianças com síndrome de Down se desenvolvem mais rápido que as outras, assim como, umas têm mais oportunidades que as outras. Por isso, essas crianças, para que possam ser atendidas adequadamente, precisam de profissionais preocupados com o seu bem-estar, com a sua aprendizagem e com o seu desenvolvimento.

É notável, com isso, que as crianças com ou sem síndrome de Down se desenvolvem, aprendem a viver em grupos, a respeitar normas, a impor regras e a ter limites. E quando socializadas, aumentam a agilidade mental, têm um melhor desenvolvimento nas atividades de lateralidade e de orientação espacial.

Nesse sentido, segundo Voivodic (2008), Vygotski afirma que grande parte da dificuldade das crianças com atraso mental, acontece devido ao seu isolamento e a pouca interação com o meio social, ou seja, com pessoas mais evoluídas.

Faz-se necessário, assim, que essas crianças façam parte de um convívio social e familiar desde pequenas, onde sua evolução aconteça gradativamente em meio a interação com os outros e também com uma educação que condiz com suas possibilidades.

Na maioria das vezes o brincar não é levado a sério nem pelos pais e nem pelos professores, que acreditam ser uma perda de tempo e que não servirá para nada. No entanto, principalmente no caso da pessoa com síndrome de Down, o brincar é de suma importância, pois é através dele que a criança passa a melhorar a sua demora no desenvolvimento social, cognitivo e mental.

É importante que as crianças percebam que não são obrigadas a brincar com um único tipo de brinquedo ou uma única brincadeira, assim como também é preciso que os adultos verifiquem os melhores brinquedos, aos quais melhores se adaptem.

5 ALGUMAS PESQUISAS SOBRE A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO REGULAR

O presente trabalho de conclusão de curso foi elaborado a partir de uma pesquisa documental de dados científicos, o qual resultou em uma análise de pesquisas anteriormente realizadas, e que fora produzido para a compreensão de como ocorre a inclusão do aluno com síndrome de Down nas escolas de ensino regular.

O estudo foi realizado através do banco de teses e dissertações da Capes, observando produções entre os anos de 2010 a 2015, sendo que os resultados alcançados são parciais, pois encontrou-se diversos documentos relevantes produzidos apenas no ano de 2012.

Assim, esta pesquisa, de cunho qualitativo, tem por objetivo compreender o processo de inclusão de alunos com síndrome de Down nas escolas de ensino regular a partir de experiências relatadas em teses e dissertações.

Usou-se como descritor para a busca de dados o termo *síndrome de Down*, resultando em 86 registros de publicações gerais dentre as quais 11 são da área da educação, oito publicações referentes a dissertações de Mestrado e apenas três teses de doutorado. Entretanto, somente cinco destes trabalhos abrangiam o referido assunto: O processo de inclusão de crianças com síndrome de Down nas escolas de ensino regular, assim como sua história, sua identidade e a legislação que a abrange.

Percebeu-se que na maioria dos trabalhos foi abordada uma metodologia de pesquisa qualitativa, sendo que os estudos foram elaborados partindo de dados coletados em observação, entrevistas e registro de dados em diários, fotografias e vídeos.

A educação inclusiva, diferentemente da educação tradicional, na qual todos os alunos é que precisavam se adaptar a ela, chega estabelecendo um novo modelo em que a escola é que precisa se adaptar às necessidades e especificidades do aluno, buscando além de sua permanência na escola, seu máximo desenvolvimento.

Portanto, com o viés da educação inclusiva, a escola deve se preparar para enfrentar o desafio de oferecer uma educação com qualidade para todos os seus alunos. É necessário que a escola considere que cada aluno apresenta características próprias e um conjunto de valores

e informações que os tornam únicos e especiais, constituindo uma diversidade de interesses e ritmos de aprendizagem.

Sendo assim, o desafio da escola é trabalhar com essa diversidade na tentativa de construir um novo conceito do processo de ensino e aprendizagem, de modo que sejam incluídos neste processo todos os que dele, por direito, são sujeitos.

Para que se possa compreender e entender um pouco mais de como acontece essa inclusão de crianças com síndrome de Down nas escolas, procurou-se, em outros estudos, relatos que pudessem nortear o presente trabalho.

Segundo Rodrigues (2011), sua dissertação de Mestrado teve como objetivo identificar os alunos com síndrome de Down que cursavam o Ensino Fundamental em uma escola da rede estadual do Estado de São Paulo. Esta pesquisa foi baseada no método qualitativo, permitindo detectar e analisar alguns perfis e condições de inclusão dos alunos; mais especificamente, observaram-se as interações e desempenho de um destes alunos na perspectiva da inclusão. A pesquisa deu-se entre os anos de 2009 e 2010, com 18 alunos com Síndrome de Down que frequentavam o Ensino Fundamental regular e ainda não estavam alfabetizados. Foram utilizados como instrumentos para coleta de dados, fotos e filmagens. Em geral, pôde-se observar que a professora realizou adaptações em relação ao currículo para que este atendesse as necessidades do aluno de acompanhar as atividades em sala. Sendo assim, foi organizado um trabalho pedagógico específico ao aluno com síndrome de Down, observando que ele interagiu em sala com os colegas. Para a autora a inclusão destes alunos ainda é uma proposta a ser discutida e implementada pelas políticas públicas educacionais para que as escolas tenham condições de atender a todos.

Portella (2011) menciona em sua dissertação de mestrado uma pesquisa realizada com crianças com de síndrome de Down que frequentavam a escola pública do Estado de São Paulo. Esta pesquisa teve como objetivo compreender se realmente as ações realizadas dentro das escolas contribuem para a construção de um indivíduo capaz. Está estruturada a partir de vários pontos que relatam a realidade do dia a dia destas crianças nas escolas e fora dela, como também nas famílias, mostrando qual a compreensão que estes possuem e como é tratada uma criança com síndrome de Down nesta contradição entre a exclusão e a inclusão nas escolas. A pesquisa teve uma abordagem de caráter qualitativo, em que se usou como instrumentos de coleta de dados registros fotográficos e vídeos elaborados pelos alunos. Chegou-se à conclusão de que o ambiente frequentado pelo aluno com síndrome de Down faz parte de uma visão histórica e contribui para a sua constituição como indivíduo. Sendo assim,

a sua aprendizagem acontece com a convivência na superação que é construída por ele próprio, um indivíduo único que, às vezes, a escola deixa despercebida.

Para Campos (2012), sua tese de Doutorado teve como objetivo analisar a concepção de ensino e aprendizagem de uma professora do ensino regular no processo educacional de uma criança com síndrome de Down, bem como as práticas educativas aplicadas no cotidiano da sala de aula, mediando junto a ela procedimentos pedagógicos que favorecem o desenvolvimento da criança, tanto sociais como afetivo e cognitivo. Esta pesquisa foi baseada no método qualitativo, em que se usou como instrumento de análise de dados entrevistas abertas e semiestruturadas e observação com participação.

Após analisar os dados coletados se pôde observar uma grande dificuldade em relação à implementação de políticas públicas de inclusão. Percebeu-se um grande despreparo e falta de conhecimento dos professores em relação às práticas pedagógicas aplicada ao aluno com síndrome de Down, como também a falta de participação deste sujeito na turma. E que, este despreparo dos profissionais de educação e as limitações pedagógicas em relação ao sujeito com deficiência intelectual, inclusive, dificultam o aprendizado e o desenvolvimento do sujeito.

Effgen (2011) investiga em sua dissertação de mestrado as possibilidades de articulação entre o currículo escolar e a escolarização de alunos com deficiência mental, em específico a síndrome de Down, no processo de inclusão nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O trabalho foi realizado em uma turma de 4º ano e teve como método investigativo a pesquisa qualitativa, sendo usada como aporte a pesquisa-ação colaborativo-crítica. Como instrumento de coleta de dados utilizou-se entrevistas semiestruturadas e observação registrada em diário. Por meio dos dados levantados concluiu-se que a formação continuada dos professores que atuam com a educação especial se torna uma possibilidade maior de se obter trabalhos pedagógicos que atendam às necessidades dos alunos em questão, como também garantir a eles o acesso ao currículo de práticas pedagógicas inclusivas.

Brito (2011), em sua tese de doutorado analisa o desenvolvimento, a participação e a construção literária de uma criança com síndrome de Down em uma escola de Educação Infantil. Buscou compreender e explicar os aspectos desse processo de leitora/ouvinte. O referido trabalho teve seus dados levantados a partir de observações em momentos de leitura e contação de histórias em sala de aula. Como instrumento de pesquisa utilizou-se entrevistas, vídeos e diários de campo.

Neste sentido, a partir dos estudos realizados pôde-se observar que através da mediação a criança com deficiência mental consegue desenvolver uma escuta sensível em

relação ao texto literário, sendo que incluída nesse processo de aprendizagem desde cedo à criança se constitui uma leitora/ouvinte de literatura.

Conclui ainda que a criança, frequentando um local adequado e adaptado para o seu aprendizado, como a sala de aula, pode ter facilitado o seu desenvolvimento. E há também que se destacar que a realização de trabalhos didáticos individuais pode ampliar as possibilidades de um envolvimento maior no processo de aprendizagem como leitora/ouvinte.

Neste sentido, a inclusão de crianças com síndrome de Down nas perspectivas das Dissertações e Teses da Capes traz novamente à tona a questão que ainda precisa ser difundida e esclarecida junto às escolas: a inclusão de crianças com síndrome de Down nas escolas de ensino regular.

Para tanto, é preciso que as políticas públicas educacionais sejam implementadas para propiciar melhores condições de as escolas atenderem a seus alunos, como também, e em especial, a formação continuada dos profissionais que atuam nas escolas regular de ensino. Estes precisam sentir-se capacitados para atuar nas escolas, atendendo as diversidades encontradas.

A formação continuada, deste modo, é essencial para um maior aperfeiçoamento das teorias e das práticas pedagógicas. Freire (2001, p. 72), explica que

A melhora da qualidade da educação implica a formação permanente dos educadores. E a formação permanente se funda na prática de analisar a prática. É pensando sua prática, naturalmente com a presença pessoal altamente qualificado, que é possível perceber embutida na prática uma teoria não percebida ainda, pouco percebida ou já percebida, mas pouco assumida.

E além disso, atender às pessoas com necessidades educacionais especiais na escola regular pressupõe uma grande reforma no sistema educacional. Este é, certamente, um grande desafio: fazer com que a inclusão ocorra sem perder de vista que além das oportunidades se deve garantir não só o desenvolvimento da aprendizagem, mas também, o desenvolvimento integral do indivíduo com necessidades educacionais especiais.

Isso porque, a proposta de inclusão colocou para a escola regular o desafio da atenção à diversidade e trouxe como necessidade um currículo que abranja o atendimento a esses alunos prevendo a inserção de todos, sem distinção de condições linguísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais étnicas, socioeconômicas ou outras, e requer sistemas educacionais planejados e organizados que deem conta da diversidade dos alunos e ofereçam respostas adequadas às suas características e necessidades (BRASIL, 1999, p. 17).

A escola precisa estar preparada para garantir, entre outras coisas, condições de acesso a sua proposta curricular e, também, a adequação dessa proposta de forma, a atender às necessidades individuais dessa “nova” demanda de alunos. O currículo é o instrumento que a escola possui para se adaptar às necessidades dos alunos e, portanto, necessita ser flexível e comprometido com uma educação não segregada, oferecendo respostas à complexidade de interesses, problemas e necessidades que acontecem na realidade educacional.

Nos dias atuais, o sujeito com deficiência tem seus direitos protegidos por lei, a qual o coloca como igual a todas as outras crianças, com o direito de estar e se relacionar, recebendo dentro de um estabelecimento de ensino sua formação educacional. Portanto, há de se pensar na estrutura escolar, na sua responsabilidade de interagir também com a família desse aluno, dando o suporte necessário às suas especificidades.

Buscou-se, por fim, por meio desta pesquisa, evidenciar outros relatos de estudos e pesquisas sobre o assunto em questão: a inclusão de crianças com Síndrome de Down nas escolas regular de ensino, utilizando-os para compreender e analisar como se dá a inclusão em algumas escolas brasileiras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto acima, percebeu-se que tanto a sociedade, como as escolas não estão totalmente preparadas para acolher e aceitar as crianças com síndrome de Down, assim como, com outras deficiências.

Ao que parece, são poucas as pessoas que fazem algo para amenizar essa situação ou pelo menos conhecê-las profundamente. Também se constatou que a legislação quanto à inclusão é objetiva, afirmando que estas crianças devem estar, preferencialmente, na rede regular de ensino.

No entanto, os profissionais responsáveis pela sua educação, talvez não estejam preparados adequadamente para atender às suas características, necessitando de formações continuadas que possibilitem uma inclusão efetiva e de qualidade. Percebeu-se, também, que é preciso que o professor esteja atento às especificidades de cada aluno, que consiga desenvolver suas potencialidades, para que este consiga se desenvolver cognitivamente no processo de ensino e aprendizagem.

Sendo assim, tais afirmativas permitem questionar sobre a formação dos profissionais para atuar em meios em que há crianças que precisam de um currículo adaptado às suas

necessidades: Será que tiveram ou estão tendo uma formação adequada para que possam contribuir com a escolarização dos alunos com Síndrome de Down?

Em meio a esse contexto se faz necessário um comprometimento de toda a comunidade escolar, incluindo pais, alunos e professores, para que haja uma evolução na vida escolar e social da criança com síndrome de Down. É necessário, também, mostrar que elas possuem capacidade de evoluir, basta serem estimuladas e inseridas em um ambiente de igualdade, onde não se sintam excluídas dentro da sua própria escola. É fundamental que a escola possua condições para atender às necessidades de cada aluno, como também garanta o seu acesso e permanência.

Portanto, no que diz respeito ao âmbito escolar, percebe-se que estas pessoas estão incluídas, mas tanto os profissionais como as próprias instituições que são responsáveis pela educação delas não estão preparados para atendê-los adequadamente conforme suas necessidades e possibilidades.

La inclusión de niños con el síndrome de Down en la enseñanza ordinaria

Resumen

Este artículo trae debates sobre la inclusión de niños con el síndrome de Down en escuelas de enseñanza ordinaria. Presenta breve análisis sobre las leyes nacionales inclusivas en Brasil, principalmente la Política Nacional de Educación Especial en la Perspectiva de la Educación Inclusiva – PNEE-EI, 2008. Debido a la complejidad del tema estudiado y por generar algunas polémicas en el sistema de educación brasileño, se ha intentado comprender un poco de esta realidad por medio de estudios hechos en el Banco de Tesis y Disertaciones de la Capes, permitiendo, así, un conocimiento teórico que sirvió de base para mejor fundamentación sobre la temática. La metodología utilizada para la recopilación de datos se dio a través de análisis documental y búsquedas en el Banco de Tesis y Disertaciones de la Capes. A partir de los resultados obtenidos se ha comprobado que, incluso con grandes avances en la inclusión del alumno con deficiencia en escuelas de enseñanza ordinaria, existe una necesidad de mayores aclaramiento para los maestros, necesitando mayor difusión de prácticas pedagógicas dirigidas al estudiante con el síndrome de Down, así como, mayor preocupación, a través de las políticas públicas, en proporcionar capacitaciones a los maestros para que puedan contribuir al proceso de aprendizaje de estos alumnos en escuelas de enseñanza ordinaria.

Palabras clave: Inclusión. Síndrome de Down. Políticas públicas.

The inclusion of children with Down's Syndrome in mainstream schools

Abstract

This article presents discussions about the inclusion of children with Down's syndrome in mainstream schools. Presents brief analysis of national inclusive laws in Brazil, mainly the National Special Education Policy in the Perspective of Inclusive Education – PNEE-EI / 2008. Because of the complexity of the topic and the fact generate some controversy in the Brazilian educational system, it was necessary to understand some of this reality through

studies at the Bank of Theses and Dissertations of Capes, enabling, thus a theoretical knowledge that served as a foundation for a better substantiation on this subject. The methodology used for the data collection was carried out through document analysis and a research at the Bank of Theses and Dissertations of Capes. From the results obtained it was found that even with major advances in the inclusion of students with disabilities in regular schools, there is a necessity for further clarification for teachers, requiring thus greater diffusion of pedagogic practices aimed to the educating with Down's Syndrome, as well, a greater concern through public policies to provide training to teachers so that they can contribute to the process of education of these students in mainstream schools.

Keywords: Inclusion. Down's syndrome. Public politics.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. **Lei N° 7.853**. Secretaria de Educação Especial: Ministério da educação, 1989.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**: (Lei nº 8.069/90). Brasília, 1990.

_____. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: MEC/SEEP, 2001.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555/07, prorrogada pela Portaria nº 948/07 Brasília: MEC/SEESP, 2007.

BRITO, Nazineide. **A Recepção com Deficiência Intelectual ao Texto Literário na Educação Infantil**. 2011, 274f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Zilá Mamede – UFRN, 2004.

BOROWSKY, Fabíola. **Inclusão Educacional**: contribuições da teoria Vigotskiana. 1º Simpósio Nacional de Educação, XX semana de Pedagogia. Cascavel/PR: Unioeste, 2008.

CAMPOS, Katia Patrício Benevides. **Isabel na Escola**: desafios e perspectivas para a inclusão de uma criança com síndrome de Down numa classe comum. 2012, 185f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Biblioteca Depositária: UERJ/rede/biblioteca CEH-A, 2012.

CAVALCANTE, Meire. A escola que é de todas as crianças. **Revista Nova Escola**. São Paulo, vol. 20, nº 182, 2005.

EFFGEN, Ariadna Pereira Siqueira. **Educação Especial e Currículo Escolar**: possibilidades nas práticas pedagógicas cotidianas. 2011, 221f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em

Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo; Vitória. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFES, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GAI, Noal Daniele; NAUJORKS, Maria Inês. **Inclusão**: contribuições da teoria sócio interacionista à inclusão escolar de pessoas com deficiência. In: Educação Santa Maria, v. 31, n. 02, p. 413-428, 2006. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ce/revista>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

BRASIL, **LDBEN** - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. D.O. U. de 23 de dezembro de 1996.

PORTELLA, Mariângela Carvalho. **Indivíduo com Síndrome de Down**: história, legislação e identidade. 2011, 165f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: FEUSP. 2011.

RODRIGUES, Sonia Maria. **Síndrome de Down de inclusão**: um estudo nas escolas estaduais, 2011, 196f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação Instituição de Ensino) – Centro Universitário, Moura Lacerda, Ribeirão Preto. Biblioteca Depositária: Josefina de Souza Lacerda, 2011.

SIERRA, Dayane Buzzeli et al. **Atendimento Educacional Especializado à Pessoa com Deficiência Intelectual**: contribuições da psicologia histórico-cultural. In: Revista Teoria e Prática da Educação, v. 14, n. 1, p. 131-141, jan. /abr., 2011.

VOIVODIC, Maria Antonieta M. A. **Inclusão escolar de crianças com síndrome de Down**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

